

# **Educação Patrimonial: a história inscrita na paisagem do Seridó Ocidental Potiguar.**

**Uriel Diêgo dos Santos<sup>1</sup>**

Licenciado e Bacharel em História  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

O presente trabalho objetiva, através de uma discussão teórico-metodológica, analisar os vestígios rupestres do Seridó Ocidental Potiguar, como processo de (re)conhecimento, apropriação e valorização do patrimônio cultural, delimitando enquanto espaço para esse estudo os sítios arqueológicos da região do Seridó Ocidental no interior do Estado do Rio Grande do Norte. A pesquisa está pautada no desenvolvimento de uma sistematização das abordagens existentes sobre História, Arqueologia, Gestão Ambiental, Turismo, Patrimônio e Ensino de História. Para tanto, utilizaremos autores que trabalham pelos diversos campos da História e de outras ciências, visando uma abordagem multidisciplinar. Destacamos para esse fim, a obra de Pedro P. A. Funari (2007), que trazem orientações sobre o estudo da Arqueologia, Patrimônio e sua relação com o Turismo, além de Anne Marie Pessis (2003) e Gabriela Martin (1999), que direcionam seus estudos às imagens encontradas na região Nordeste do país. E os trabalhos publicados acerca de Patrimônio cultural, Turismo e Educação Patrimonial, onde podemos citar Gilmar Arruda (2008), Luis Sánchez (2006), Maria C. M. Scatamacchia (2005) e Almir F. B. de Oliveira (2008) e ainda, os estudos sobre prática educacional em Paulo Freire (2003) e ensino de História em Margarida M. D. de Oliveira (2008; 2011). Por fim, temos um diagnóstico a partir do confronto dos dados adquiridos na pesquisa e a bibliografia utilizada, que servirá de base para a formação do historiador (pesquisador/ educador) que atua nessa área, colaborando com o processo de valorização do patrimônio arqueológico por parte das pessoas que vivem na região do Seridó Ocidental. Contribuindo assim, com a sociedade e o poder público na criação de políticas patrimoniais diretamente ligadas à (re)significação da memória e da identidade local.

**Palavras Chave:** Educação Patrimonial, Construção de Identidades e Ensino de História.

## **INTRODUÇÃO:**

As mais antigas marcas culturais, que podemos encontrar no Estado do Rio Grande do Norte, estão representadas pelas inscrições rupestres. Essas e os sítios arqueológicos que as contêm são um dos mais ricos componentes do nosso patrimônio cultural e sua importância histórica reclama por permanentes estudos e severos cuidados com a sua preservação.

Essas inscrições rupestres, associadas a um universo simbólico, ou como forma de comunicação, nos revelam a remota existência de uma sociedade ativa. Hoje, as vemos como expressão dessa atividade e as consideramos parte de uma cultura Pré-Histórica. Suas representações registram a presença na região do Seridó Ocidental de antigos grupos humanos com suas diversas formas de organização social.

Vale salientar que as pesquisas arqueológicas no Brasil principiam à medida que temos poucas instituições de ensino relacionadas à área da Arqueologia, apesar de encontrarmos em nosso território uma vasta quantidade desses registros, espalhados pelas mais diversas localidades do país, como é o caso do Nordeste e em especial, da região do Seridó.

Nesse sentido, esse trabalho se configura enquanto uma tentativa de compreensão da relação entre a população e o contexto espacial das estruturas arqueológicas do Seridó Ocidental, buscando perceber as contradições e estabelecer conexões entre a pesquisa arqueológica, a historicidade do conhecimento científico e a

identificação com essa cultura por parte da sociedade, permitindo o desenvolvimento de um patrimônio cultural.

De acordo com a proposta desse estudo comparativo, faremos uma seleção dos sítios que possuem pinturas e gravuras rupestres na região do Seridó Ocidental, nos delimitando a princípio, ao estudo dos sítios cadastrados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O projeto se justifica considerando a existência de um diversificado conjunto de bens culturais na região do Seridó Ocidental e ainda pela necessidade de conhecimento por parte da população sobre o patrimônio cultural (material e imaterial), a sua historicidade e a importância desses bens patrimoniais que compõem a herança local.

Contudo, por meio do estudo desse acervo procura-se também, conscientizar a população sobre a importância em preservar esses “achados” para a posteridade. A chamada sustentabilidade cultural é pautada no respeito à afirmação do local, do regional e do nacional, no conjunto da padronização imposta pela globalização. Uma vez que caso a destruição desse material arqueológico venha a se concretizar seria uma enorme perda para a história da humanidade.

## **ARQUEOLOGIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL:**

O conhecimento científico vem nos últimos anos priorizando a esfera cultural. Tendo em vista as intensas pesquisas realizadas na área de Pré-História e arqueologia, buscamos através do trabalho com os registros rupestres do Seridó Ocidental, entendidos aqui como um sistema de comunicação, dialogar com a população local sobre a importância desses registros para a nossa História.

Entre os procedimentos destinados a “ativar a memória social” surgem os grafismos, fruto da capacidade humana de representar uma narração – imagens realizadas sobre suportes materiais, que antecedem a própria escrita. O homem sentiu a necessidade de representar graficamente o produto do seu pensamento e da sua imaginação na forma de desenhos.

Nesse sentido, a ideia de bem cultural, com ou sem materialidade, encontra-se diretamente ligada ao conceito de patrimônio cultural, que entre outras versões, constitui a riqueza e a herança de um povo. Dada a sua complexidade, muitas ciências podem auxiliar no estudo desse patrimônio, colaborando inclusive para a formação de patrimônios específicos, como por exemplo, o arquitetônico e o arqueológico.

No que concerne a esse último, podemos destacar que os estudos sobre sítios arqueológicos, cuja perspectiva de análise parte da ideia de patrimônio cultural, ainda são raros. Portanto trabalhar esses bens que fazem parte da paisagem cultural da região do Seridó Ocidental implica em outras palavras, na busca por conhecer melhor a vida na Pré-História.

No final dos anos 80, surge um novo campo dentro da pesquisa arqueológica desenvolvida no Brasil, a “Arqueologia de Contrato”, fato já observado em outros países do mundo e diretamente ligado ao progresso vivido no país. Obras de melhoramento da infra-estrutura vêm sendo realizadas para manter esse crescimento econômico, como a construção e melhoria de estradas, que de alguma forma afetam o patrimônio natural e cultural da área. A preocupação sobre o controle desses impactos ao meio ambiente é

grande, a uma legislação específica que normatiza esses empreendimentos, visto que a mesma ainda apresenta dificuldades quanto ao seu cumprimento.

Devido ao seu trabalho com documentos materiais e métodos elaborados, a Arqueologia pode enquadrar-se como uma ciência ambiental, que tem como principal contribuição o fato de buscar a preservação dos sítios arqueológicos, haja vista o seu cuidado com a possível perda do registro rupestre. Sabemos que esse se trata de uma obra humana, mas com a perda dessa sociedade Pré-Histórica que o produziu, o mesmo passou a compor a paisagem, “um espaço físico e um sistema de recursos naturais aos quais integram-se as sociedades em um binômio inseparável Sociedade/Natureza” (RODRIGUES, 2007, p. 22).

A compreensão da paisagem natural é de suma importância para o cerne da pesquisa: a partir dela podemos observar como os grafismos interagem com os aspectos ambientais da região, como as especificidades geomorfológicas do local influenciam o comportamento das expressões rupestres nos suportes e na construção de “paisagens arqueológicas”. Essa abordagem parte da ideia de dimensão sócio-cultural do meio ambiente, nesse caso podemos dizer que o patrimônio local é composto por todos os objetos, lugares e manifestações locais que tem uma relação com a produção cultural (PRATS, 2005).

Esse processo de “desnaturalização” dos espaços tem contribuído para o exercício da Nova História, que trabalha com diversos registros do passado. O lugar onde ocorreram as ações passa a ser objeto de pesquisa, observamos a historicidade de espaços físicos e simbólicos através da relação indivíduo/lugar no processo de construção da identidade.

Nas últimas décadas, os esforços de historiadores em sistematizar e estabelecer métodos de pesquisa para a análise de territórios como espaços constituídos de história criou a chamada história ambiental ou ecológica, sob um aspecto de interdependência entre o homem e seu meio. Observando a história, percebemos que as sociedades humanas utilizaram o meio natural de maneiras diferentes ao longo do tempo, provocando impactos sobre o ambiente e reações da natureza. A escala de manipulação ambiental no tempo e no espaço deu origem às variadas paisagens culturais da Terra.

Necessitamos de uma melhor organização, que implica em compromisso no âmbito das políticas públicas de ordem econômica, social e cultural e nas relações interpessoais dentro da comunidade, para podermos construir um ambiente saudável e, sobretudo, sustentável. Sendo a sustentabilidade, um conceito relacionado com o provimento das necessidades da sociedade e da natureza, tanto agora como em um futuro indefinido.

A Educação Ambiental constitui um passo preliminar importante para implantação de políticas ambientais, visando otimizar o uso dos recursos naturais em consonância com o conceito de qualidade de vida. Visto que, a sustentabilidade cultural é norteadada pelo respeito à valorização do local, do regional e do nacional em meio a um processo de padronização imposto pela globalização.

Na Agenda 21, decorrente da conferência Mundial sobre Meio Ambiente em 1992 (Rio-92), as discussões apontaram qual deveria ser a função da Educação Ambiental: explicar o conceito de sustentabilidade. Mas as dificuldades começam na definição do que seria sustentabilidade e como a educação pode colaborar na construção de uma “sociedade sustentável”. Essa temática repercutiu nas pesquisas historiográficas,

com o aparecimento da chamada História Ambiental: a natureza como espaço para educação, através de uma abordagem interdisciplinar.

As discussões sobre a crise ambiental apontaram para a necessidade de trabalhar a questão ecológica no ensino de história, visando entender como a natureza vem sendo utilizada ao longo do tempo pelas sociedades e quais as conseqüências disso para o nosso planeta.

A Lei n. 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, tornou obrigatória a inserção da Educação Ambiental no currículo, de forma transversal, em todos os níveis e modalidades de ensino. O propósito era aproximar o conhecimento escolar à realidade social, tratando de questões que importam ao cotidiano. Entre esses temas, o meio ambiente se destaca por sua importância social e pela pressão exercida pelas organizações sociais não-governamentais.

Já em relação aos cuidados com o patrimônio histórico no Brasil, eles tiveram início com a publicação do Decreto-Lei n.25, de 30 de novembro de 1937, mais tarde conhecida como a Lei do Tombamento, que visava defender os interesses do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN (criado em 1936), no que se refere à preservação. Mas foi através da Carta constitucional de 1988 que houve uma democratização da percepção sobre patrimônio cultural, termo que abrange vários outros significados e que fala em preservação para além do ato de tombamento, fazendo referência as ideias de Mário de Andrade.

Nesse sentido, a função do historiador (pesquisador/ educador) é proporcionar a sociedade a possibilidade de ter uma visão crítica acerca das suas memórias e histórias, em meio a um processo de reconhecimento dessas enquanto documentos históricos. Capazes de fazer o cidadão se enxergar como componente de uma sociedade que percebe as diferenças, mesmo quando trabalhamos com os conceitos de locais e lugares de memória. Daí, segundo OLIVEIRA, A., 2008, p.100:

A importância da utilização da Educação Patrimonial como processo interdisciplinar e realizador de uma identificação e de um sentimento de pertencimento quanto ao passado, no esclarecimento do processo histórico e de conhecimento do Patrimônio Cultural, inclusive possibilitando que as comunidades possam participar dos processos de escolha do que deve/ pode ser preservado institucionalmente e mais ainda, para, além disso, definindo aquilo que seja importante para os diversos grupos sociais como representativo de sua memória e de sua história.

O processo identitário necessita de uma intensa articulação entre passado/ presente/ futuro como procedimento formador de consciências. Sendo assim, a utilização do tema natureza no ensino de história busca contribuir e para isso, devemos colocar de lado a ideia de lugares intocados (espaços naturais sem a interferência da ação do homem).

Nesse sentido, a Educação Ambiental deve apresentar formas de ampliar a percepção das pessoas, tornando elas capazes de identificar ameaças e organizarem, em contrapartida, respostas pela defesa da sua qualidade de vida e de seus descendentes. Em consonância com a ideia de sustentabilidade que se relaciona com a continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana. Para um

empreendimento humano ser considerado sustentável, ele deve ser: ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente aceito.

As repercussões de um projeto podem ir além de suas conseqüências ecológicas, sendo a ações humanas sentidas pelas pessoas, no plano econômico, social e cultural. Em um sentido amplo, cultura é tudo o que faz o *ser humano*, ou aquilo que se opõem ou completa a natureza. Para debater sobre a idéia de “impacto cultural”, ou seja, violência contra a nossa cultura, sentimos a necessidade de uma definição operativa do que seja cultura. “Bosi (1994) sintetiza o conceito de cultura como ‘herança de valores e objetos compartilhada por um grupo humano relativamente coeso’. Morin e Kern (1993, p. 60) a definem como:

Conjunto de regras, conhecimentos, técnicas, saberes, valores, mitos, que permite e assegura a alta complexidade do individuo e da sociedade humana e que, não sendo inato, precisa ser transmitido e ensinado a cada individuo em seu período de aprendizagem para poder se autoperpetuar a alta complexidade antropro-social” (*Apud* SÁNCHEZ, 2006, p. 23).

Uma das maneiras de se trabalhar a cultura, utiliza a noção de “patrimônio cultural”, que na contemporaneidade é um conceito bem abrangente, diretamente ligado às criações humanas do passado e/ou do presente. Embora tradicionalmente, o conceito de “patrimônio” estava associado a bens materiais, que tinham reconhecimento oficial como no termo “patrimônio histórico” – apesar de hoje sabermos que o “patrimônio cultural” também inclui os bens imateriais, como alguns elementos da cultura popular. O Artigo 216 da Constituição brasileira apresenta uma definição bastante ampla para patrimônio cultural:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referencia à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I – as formas de expressão;
- II – os modos de criar, fazer e viver;
- III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (*Apud* SÁNCHEZ, 2006, p. 23).

## **O TURISMO E A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES:**

O turismo cultural se caracteriza na busca por prazer através de novos conhecimentos, mas o mesmo encontra-se ameaçado, uma vez que a sua diversidade cultural tem diminuído em meio ao processo de homogeneização e globalização mundial. A propósito, um trabalho bem estruturado de preservação do patrimônio cultural aliado ao Turismo, que utilize os sítios arqueológicos e museus como uma alternativa de emprego e renda para a comunidade local é uma forma de conservação desses bens.

Segundo Scatamacchia (2005, p. 19), “a arqueologia é uma ciência social que estuda os antigos processos históricos a partir de vários tipos de vestígios materiais deixados pelos homens”. Como não possuímos construções arquitetônicas monumentais no Brasil, contrapondo com os exemplos de nossos vizinhos americanos (México e Peru), os locais de maior visibilidade são os sítios arqueológicos com pinturas e gravuras rupestres.

Os sítios pré-históricos, em geral, vêm sofrendo alterações ao longo do tempo, sendo errôneo pensar que temos à nossa disposição um dado arqueológico não modificado, tanto pela ação da natureza, quanto pela interferência humana. Conforme a descrição feita por Vialou (2005, p. 25):

As paredes estão submetidas à evolução geoquímica de suas estruturas rochosas, às alterações biológicas (animais e vegetais). Os pigmentos dos desenhos e das pinturas também sofrem a evolução natural de sua natureza mineral e são submetidos às variações de condições climáticas, ensolaramento, seca, umidade etc. Enfim, a arte rupestre é vestigial, com frequência mal e incompletamente conservada.

Essas paisagens que combinam muitas vezes elementos naturais com a interferência humana (como a retirada de uma lasca de pedra que continha gravuras rupestres na imagem ao lado), também tem sido enquadradas na categoria de patrimônio. Tendo em vista que, constituem sítios de interesse cultural, onde além dos sítios arqueológicos podemos citar os históricos, os religiosos e os naturais.

No Brasil, a incorporação de temas ambientais aos debates de cunho público ocorreu tempos depois da temática já ter sido discutida na agenda internacional. E as primeiras leis que visavam cuidar da proteção ambiental abordavam problemas relativos à poluição. Mas após a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano realizada no ano de 1972, em Estocolmo/Suíça; alguns Estados brasileiros como o Rio de Janeiro (1975) e São Paulo (1976) criaram suas próprias leis ambientais de controle à poluição, segue definição:

Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas, que direta ou indiretamente (*Apud* SÁNCHEZ, 2006, p. 24).

O Nordeste do Brasil possui vários locais com a presença de registros rupestres, que apresentam alguns problemas quanto à conservação, os grafismos são desgastados pela ação da natureza e interferência humana. Portanto, é necessário desenvolvermos um projeto de conscientização da sociedade em relação à preservação da cultura Pré-Histórica.

No que se refere aos museus, esses são locais de pesquisa, preservação, conservação e exposição de bens culturais; que têm como função atrair, interagir e ensinar ao público: que um povo que não preserva o seu patrimônio histórico-cultural perde as suas raízes e, com isso, a sua própria identidade. Assim, ao inserirmos o patrimônio arqueológico em um roteiro turístico devemos ter em mente a utilização de mecanismos de proteção à sua integridade física e a segurança dos seus visitantes.

A oferta turística no Brasil tem-se configurado pela promoção de produtos que não contemplam a pluralidade cultural e a diversidade regional brasileira. Existe um potencial a ser revelado e o patrimônio cultural (nesse caso específico, o arqueológico) pode/ deve suprir a necessidade de encontrar alternativas de desenvolvimento cultural, econômico e social por meio da preservação do passado e das tradições locais e regionais.

Um programa de turismo sustentável vai gerar empregos diretos e indiretos, além de ser uma forma de conservação desse patrimônio arqueológico encontrado na região do Seridó Ocidental, significa também incorporar valores referentes ao aumento da qualidade de vida das pessoas que vivem nas comunidades circunvizinhas.

A conservação, em geral, precária dos registros rupestres dificulta a leitura dos dispositivos parietais e, implica em más condições para o estudo e análise comparada dessas representações. Em suma, o estudo deste acervo procura conscientizar a população em geral sobre a importância em preservar esses *achados* – objetos encontrados em conjunto – para a posteridade, à medida que a destruição desses “documentos” (material arqueológico) seria uma enorme perda para a narrativa da vida humana na Terra.

## **ESPAÇOS DE MEMÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA:**

Os sítios arqueológicos remetem a pensar na construção de lugares e espaços; como os registros gráficos podem ser lidos e percebidos através do contexto cultural. A memória produz certos aspectos, ícones identitários que remetem a construção de espaços permeados por lembranças, sentimentos carregados de simbolismo e subjetividade e enaltecem a identidade seridoense.

Esse costume de se exprimir graficamente é uma manifestação do sistema de comunicação social, onde a representação é portadora de uma mensagem cujo significado só pode ser compreendido no contexto social em que foi formulado. Faz-se necessária a busca por uma “contextualização” dos vestígios arqueológicos, na tentativa de obtermos uma maior aproximação com passado Pré-Histórico, embora sem conhecermos o código social do grupo humano que a produziu, fica impossível alcançar a sua significação total.

A Lei de Diretrizes e Bases da educação Brasileira nº. 9.394/96 que estrutura as diretrizes curriculares nacionais, sendo essa uma legislação do ensino que estimula a formação do professor como produtor do conhecimento. Através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), são discutidas propostas que servem de referência para a elaboração de um Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP), com base em temas transversais (saúde, ética, meio ambiente, orientação sexual e pluralidade cultural).

Essa dimensão didático-pedagógica tem levantado questões importantes sobre o posicionamento da escola acerca de como trabalhar com a arqueologia em sala de aula de maneira a permitir uma melhor compreensão sobre os processos históricos e sociais ligados aos diversos tipos de artefatos e estruturas arqueológicas encontradas no espaço seridoense.

O mundo contemporâneo exige a formação de um historiador pesquisador/educador, que possibilite a elaboração de diálogos diversos e multidisciplinares. Essa dupla função dos profissionais de História pode/ deve proporcionar ao cidadão o

desenvolvimento do pensar historicamente, ou seja, a consciência história, que é inerente ao homem, passa por um processo de maturação em meio as práticas do ensino de História.

Logo, essa pesquisa não ignora os diferenciados e complexos aspectos que envolvem o processo de ensino-aprendizagem da História e comprovados através das dificuldades encontradas em sala de aula pelos profissionais dessa área. Verificamos, inclusive, que as questões sobre o que e como ensinar História fogem as discussões de produção do conhecimento, ficando a cargo, quase que exclusivo, da Pedagogia.

Para o grande educador Paulo Freire (2003, p. 41), “uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se”. Assumir-se enquanto um ser social e historicamente construído, capaz de pensar, criar, transformar, realizar e comunicar as suas ideias.

“Partindo do ponto de vista da construção do conhecimento histórico, esse cidadão é o que consegue compreender, interpretar e atuar em seu mundo.” (OLIVEIRA, M., 2011, p. 239). Contudo, nenhuma proposta será viável se os historiadores não tomarem para si o direito de produzir e transmitir o conhecimento histórico escolar, mesmo contando com a participação da sociedade, da escola e dos próprios alunos na construção de processos de identificação, individual e coletivo, com o Patrimônio Cultural.

A educação Patrimonial tem papel fundamental numa época em que as informações são transmitidas com muita rapidez e em grande número pelos meios de comunicação. É impossível acompanhar e entender as mudanças e os fatos ou fenômenos sociais que ocorrem no mundo, sem antes conhecermos a história do lugar em que vivemos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Esse trabalho objetiva, por meio de uma abordagem multidisciplinar e estudos sobre os registros gráficos do Seridó Ocidental, conscientizar a população local da importância desse complexo documental para o estudo da história da humanidade. A análise combina a bibliografia acadêmica acerca da pré-história potiguar e uma seleção de imagens coletadas nos sítios arqueológicos da região. Tendo como finalidade a busca por encontrar alternativas de desenvolvimento local e regional com base no princípio da sustentabilidade.

A Gestão da Cultura e do Patrimônio nos remete a uma discussão sobre conceitos como paisagem, cultura, patrimônio e a ideia de bem cultural. E alerta para questões como conservação e preservação, haja vista o descaso da sociedade para com os sítios arqueológicos, um importante complexo documental, que constitui a base para a realização de diversos estudos nessa área do saber.

Os sítios arqueológicos, em geral, vêm sofrendo alterações ao longo do tempo, sendo errôneo pensar que temos à nossa disposição um registro gráfico não modificado, tanto pela ação da natureza, quanto pela interferência humana. Essa conservação precária dificulta a leitura das imagens e implica em más condições para o estudo dessas representações.

Esse trabalho se configura enquanto uma tentativa de compreensão da relação entre a população e o contexto espacial das estruturas arqueológicas seridoenses,



buscando perceber conexões entre a pesquisa arqueológica, a historicidade do conhecimento científico e as práticas conservacionais realizadas ou não pela sociedade local.

Por fim, percebemos que há uma falta de comunicação entre a academia, em particular a comunidade arqueológica e a sociedade em geral. Isso assume um caráter prejudicial no que concerne às discussões sobre a preservação e conservação dos sítios arqueológicos, visto que os mesmos compõem um acervo documental de grande importância para o estudo da história da humanidade.

## NOTAS:

<sup>1</sup> Licenciado e Bacharelado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2009.1).

<sup>2</sup> Sócio da Associação Nacional de História, Seção Rio Grande do Norte em agosto/ 2012.

## REFERÊNCIAS:

ARRUDA, Gilmar. Natureza: uma nova “sala de aula” para o ensino de história. In: OLIVEIRA, Margarida M. D. de; CAINELLI, Marlene R.; OLIVEIRA, Almir Félix B. de (orgs.). **Ensino de História: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços**. Natal: EDFURN, 2008. p. 59-67.

DIEGUES, A. C. (Org.). **ETNOCONSERVAÇÃO: Novos Rumos para a Conservação da Natureza**. São Paulo: Editora Hucitec, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FUMDHAM – Fundação do Homem Americano. **A Paisagem**. São Raimundo Nonato, 2005.

FUNARI, P. P. A. **Arqueologia e Patrimônio**. Erichim: Habilis Editora, 2007.

GASPAR, M. **A arte rupestre no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

MARTIN, G. **Pré-História do Nordeste do Brasil**. Recife: Ed. UFPE, 1999.

OLIVEIRA, Almir Félix B. de. Patrimônio, memória e ensino de história. In: OLIVEIRA, Margarida M. D. de; CAINELLI, Marlene R.; OLIVEIRA, Almir Félix B. de (orgs.). **Ensino de História: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços**. Natal: EDFURN, 2008. p. 95-101.

OLIVEIRA, Margarida M. D. de. A construção de referenciais para o ensino de história: limites e avanços. In: \_\_\_\_\_ **O direito ao passado: uma discussão necessária à formação do profissional de História**. Aracaju: Editora UFS, 2011. p. 163-240.

OLIVEIRA, Margarida M. D. de. O mundo da informação e os novos espaços para o ensino de história. In: OLIVEIRA, Margarida M. D. de; CAINELLI, Marlene R.; OLIVEIRA,

Almir Félix B. de (orgs.). **Ensino de História: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços.** Natal, EDFURN, 2008. p. 85-93.

PESSIS, A. M. **Imagens da Pré-História.** Parque Nacional Serra da Capivara. FUMDHAM/PETROBRÁS, 2003.

PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimônio local. **Cuadernos de Antropología Social.** n. 21, Universidad de Barcelona, 2005, p. 17-35.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira.** Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1992.

RODRIGUES, J. M. M. (Org.). **Geoecologia das paisagens: uma visão geossistêmica da análise ambiental.** 2. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

SÁNCHEZ, Luis E. Cultura e patrimônio cultural. In \_\_\_\_\_ **Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos.** São Paulo: Oficina de Textos, 2006, p. 23-24.

SCATAMACCHIA, Maria Cristina M. Turismo e arqueologia. São Paulo: Aleph, 2005. (Coleção ABC do Turismo).

VALLE, Cyro Eyer. Conceitos. In \_\_\_\_\_ **Qualidade ambiental: o desafio de ser competitivo protegendo o meio ambiente.** São Paulo: Pioneira, 1995, p. 1-19.

VIALOU, Denis. Arte Rupestre: métodos de pesquisa. In: VILHENHA VIALOU, A. (org.). **Pré-História do Mato Grosso.** Vol. 1: Santa Elina. São Paulo, EDUSP, 2005, p. 25-30.

## **DOCUMENTOS:**

Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio. Ministério da Educação. Secretaria de educação Média e Tecnológica. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

Sustentabilidade. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/sustentabilidade>>. Acesso em: 05 out. 2007.